



casadesarmento

centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O FEITO DE S. MAMEDE. ALVORECER DA NACIONALIDADE. CONFERÊNCIA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA COMEMORANDO O OITAVO CENTENÁRIO DA BATALHA.

VILAS, Gaspar do Couto Ribeiro

Ano: 1931 | Número: 41

Como citar este documento:

VILAS, Gaspar do Couto Ribeiro, O Feito de S. Mamede. Alvorecer da Nacionalidade. Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa comemorando o oitavo centenário da batalha. *Revista de Guimarães*, 41 (1-2) Jan.-Jun. 1931, p. 61-80.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O Feito de S. Mamede

Alvorecer da Nacionalidade

Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, comemorando
o oitavo centenário da Batalha

Celebrar o oitavo centenário da Batalha de S. Mamede — insigne Feito que marca a etapa de mais alta significação em o período arredado da nossa História a denominar «Alvorecer da Nacionalidade» — tal é o motivo que aqui nos reúne hoje.

Por meu lado, arrojo-me a assumir a tarefa de apresentar o relato do acontecimento: — dever de Vimaranesense, de filho dessa Guimarães em torno da qual se desenrolou a parte mais activa do sucedido.

O estudar uma batalha, ainda mesmo nos seus efeitos de mais delicada ordem política, é bem tarefa de soldado; por isso não sinto desfalecer o espirito ao tomá-la a meu cargo. A dificuldade, a alta dificuldade, para mim, é outra. Tem tanta beleza e elevação o Tema, que desejaria animar, dar vida, côr, à exposição, de maneira a fazer perpassar perante o pensamento e até perante os olhos dos que me dão a honra de me escutar, todo o insigne acontecimento, para ser apreciado e compreendido, como alta lição de civismo, que o é.

Esta, agora, já não é tarefa de quem se especializou em campo diverso do das lutas oratórias.

Por isso limito a minha aspiração — e feliz serei conseguindo-a — a falar com verdade do Feito a celebrar, e assim corresponder à maneira gentil como fui recebido, o que muito agradeço: pois para ir mais além, me falecem os merecimentos.

Este nosso gesto de hoje — deve dizer-se — faz-nos

cooperadores da patriótica cruzada que a geração de agora com largueza de vistas chamou a si, indo buscar ao olvido factos culminantes da História da Pátria.

Coube a um Grupo de patriotas Vimaraneses a iniciativa no respeitante a S. Mamede:— aqui lhes presto a minha homenagem; na qual, estou certo, todos os portugueses se enfileiram,— e lhes trago colaboração conforme as minhas fôrças.

Falemos pois de S. Mamede, arrancando, quanto possível, à treva de Meia-Idade mais êste seu segrêdo: visto esta fase da História se íer esquecido de nos deixar documentação dos seus factos notáveis, como que para pôr à prova quem ouse embrenhar-se nos seus meandros.

E' por isso que, quer ao historiador quer ao simples curioso, resta, para saber, tornear a dificuldade: deduzir de factos — em regra poucos — considerados devidamente esclarecidos, quais, em boa lógica, devem ser os acontecimentos a examinar, a ponderar e a salientar.

Foi procedendo por esta forma, que alcancei determinadas conclusões acerca do problema de História agora tratado. Essas conclusões constituem o trabalho que tenho a honra de apresentar.

Ao atentarmos no Feito de S. Mamede, reconhece se ter êle duas significações: uma para os homens do seu tempo, actores ou não do drama; outra para as gerações futuras, pelo menos para as que pesarem e analisarem com consciência o fecundo acontecimento à verdadeira luz da História.

Assim, ao tempo, a Batalha não é mais que o desfecho de uma intriga política para se dicidir quem ficaria à testa do Condado Portucalense, quási sem se pensar em ouvir o soberano, o verdadeiro senhor, o Rei Leonês. Por esta forma, o facto queda sendo um dos muitos episódios da vida interna dos estados cristãos peninsulares em o periodo da Reconquista de onde resultou a formação de nacionalidades.

O seu alto valor e alcance político, escapou pois, e por muito tempo, até a altos espíritos; daí, talvez, a razão porque está tão pouco estudado.

Mas hoje, podem considerar-se apreciadas as dúvidas,

e reconhecida a sua decisiva influência na formação nacional.

Para ver o que é S. Mamede batalha, em tóda a sua extensão e alcance, não se deve olhá-la isoladamente, como durante muito tempo se fez: motivo da registada errada apreciação. Por isso o problema só aparecia como o fecho de uma guerra de filho ambicioso contra a mãe; o que lhe dava aspecto pouco simpático.

Só depois de scientificamente analisado e explicado o acontecimento conforme o moderno critério, êle se mostra com outro carácter, o carácter verdadeiro.

E então reconhecemos, que ele é o elo de uma cadeia, e não o seu fecho; e que para o definir, temos de atender à seqüência de factos, no meio dos quais êle aparece, a apreciar um por um, em todas as minúcias. E só assim se concluirá que S. Mamede representava uma necessidade, na vida do tempo.

Não era por isso acto isolado do Infante, mas da colectividade Portucalense; o que lhe dá a sua verdadeira colocação dentro da História.

De acôrdo com estas ideias, vou apresentar a série de factos históricos, que, pelo seu natural encadeamento, devidamente analisados, produzem e explicam, a meu ver, tão completamente quanto possível, o que é em História o Feito de S. Mamede e o mais que se lhe seguiu.

Eles nos mostram a jornada de S. Mamede como consequência de certos acontecimentos, de tão grande influência na vida de Portugal, que por isso, mais que batalha, é um insigne Feito Histórico.

Pois tão simples episódio da vida interna do Condado Portucalense teve como resultado a formação da Pátria Portuguesa: e, portanto, origina o alto papel de Portugal, primeiro na Reconquista, depois no alargamento da esfera da actividade humana pelos Descobrimentos Geográficos e suas consequências, o que assignala a Portugal, e também à Peninsula, lugar de destaque dentro e fora da História de esta terra.

Denomina-se Reconquista a contra-ofensiva dos Cris-

tãos Peninsulares para repelirem da sua terra os conquistadores Agarenos.

Começam estes a dominar no ano de 711, derrotando os Visigodos em uma só, embora longa, batalha. Após ésta, o exército Árabe-Berberie percorre a Península nas suas direcções principais na intenção de a dominar.

Trata-se, de facto, de um passeio militar, pois o seu effectivo não excedia no total 42.000 homens; o que não lhe permitia levar fundo, como era necessário, aquela intenção.

Por isso, só depois de 712 — mais de um ano decorrido sôbre a batalha referida — êles chegam ao Minho.

Caminham batendo as resistências, que se apresentam, mas sem atingirem determinados cantos do bem movimentado solo peninsular, onde fâcilmente encontravam refúgio numerosos cristãos não dispostos a aceitar o seu dominio: — isto sucede, especialmente, nas regiões acidentadissimas do norte, dando lugar, entre outros, ao grupo de Pelaio.

E' um facto, que a Monarquia Visigótica desaparecera para sempre, mercê da sua decadência. E, extenso território, relativamente densa população, estado social criado pelos Godos na Península, tudo aparece, pelo menos na aparência, submerso, dominado, em um só instante, não pelo número, mas pela fôrça moral extraordinária, que anima, em êsse momento, os conquistadores.

Mas a sua vitória não foi completa, até segundo os princípios militares, segundo a sciência da guerra, que não desconheciam. Pois tendo assimilado todo o saber do Oriente, também receberam dos Bizantinos os métodos de guerra de Belisário, seu último grande general; métodos por êles experimentados logo na conquista para alargamento da influência do Islâm. Essa vitória tinha de ser acabada e seguida pela occupação efectiva de tôda a Península.

Para isso precisavam mais gente de guerra e outra direcção: não lhes bastava a grande fôrça moral, que os animava, como propagadores de novas crenças.

Isso não se deu, e vai ser a causa da sua, ainda que longínqua, completa ruína.

Chega o dia em que o núcleo cristão asturiano representa uma ameaça. O Mouro resolve-se, enfim, a atacar.

Estamos em 718 — isto é, sete anos após a chegada

dos Árabes à Península. — Eles são porém derrotados em Covadonga — primeira manifestação de Reconquista que começa. — como nos diz a tradição. Não voltam ali com nova e franca ofensiva, reduzindo de vez esta e quaisquer outras resistências, como mandava a verdadeira política da guerra: prova de fraqueza do domínio Muçulmano, como o futuro mostrará, e portanto de impotência para substituir no solo Peninsular o estado de cousas, que parecia ter desaparecido em uma batalha seguida de passeios militares.

Fôra, sim, vencida a Monarquia visigótica, mas não a população e o espírito que em ela vivia, e a vai animar em luta feroz durante séculos.

Dominar a Península com fracos efectivos é dificuldade sentida pelos Romanos e também, no princípio do Século das luzes, pelo maior capitão de todos os tempos — Napoleão.

Mas os Cristãos estavam resolvidos a lutar pelo seu ideal, não se considerando derrotados. Assim vamos encontrar frente a frente dois agrupamentos, que vão guerrear-se durante oito séculos:

De um lado estão os Neo-Godos, entregues a si próprios, mal contando com o precário auxilio de além Pirineus. Vão só pelo extraordinário esforço da sua energia criar riqueza, arrancando-a ao solo, e fundar estado social novo, agrupando e fundindo elementos vários — nobres e não nobres — que a desgraça reunia e irmanava para viver e lutar.

Assim se forma um povo aguerrido, forte, pobre, com uma grande unidade até de ordem étnica, tendo como único ideal avançar para sul; conquistando poderio, riqueza, liberdade de acção no campo político e religioso, criando sobre uma civilização que desaparece, novas civilizações mais perfeitas e brilhantes.

Do outro lado está o Mouro, na sua designação genérica. É o representante de uma civilização mais perfeita que a dos seus contendores: brilhante, requintada, viva, enfraquecedora de energias. Dispõe ainda de imensos recursos vindos dos seus irmãos de crença de todo o antigo Império Maometano, embora já em fragmentação. Pois, a unidade religiosa era prejudicada pelo aparecimento de seitas, a política pela formação de estados, e a da população peninsular cada dia era mais precária pelo

equilíbrio instável de terem de viver lado a lado Árabes, Berberes e descendentes dos cruzamentos com Peninsulares.

Manifestamente, na luta, a vitória, ainda que custosa, vai pertencer aos cristãos, agora com moral mais elevado.

As grandes dificuldades dos cristãos em se reconstituírem, faz, que só em 724 — vinte e quatro anos depois Covadonga—se dê a primeira grande ofensiva sob o scetro de Afonso o Católico, que chega a Chaves, Braga, Guimarães e Pôrto.

A pouco sólida ocupação Moura cede, e a fronteira cristã atinge o Douro, que o Rei cobre de Fortalezas. Para colonizar o Norte do Douro e completar a reorganização dos cristãos, procura despovoar, tanto quanto pôde, todo o Sul de aquele rio.

Fica assim liberta uma quarta parte da Península, e os Neo-Godos vão, com relativa segurança agora, refazer a sua passada existência longe do Crescente, com um Rei Cristão, chefe incontestado, à sua frente.

Como núcleos de essa reorganização, lá estão as *vilas* romanas, grande parte de pé, com a sua tradição, por Alberto Sampaio estudadas e integradas na História.

Como o esforço de todos é necessário para a guerra sem tréguas, a raça reconstituiu-se mais sólida, e o homem das *vilas* é valorizado e elevado, recebendo categoria como elemento económico e militar ao lado do clero e dos cavaleiros. Isto liga intimamente tóda a população a Norte do Douro em nome do interêsse comum, em equilíbrio estável, deixando, por assim dizer, resolvido o problema da classe média, o que não se dava na restante sociedade europeia.

E' esta gente que vai guerrear, ocupar e colonizar o Sul do Douro.

Durante dois séculos vivem assim os cristãos até chegarem as guerras de Almançôr.

A sua ofensiva é dupla: por mar vem ao Pôrto, por terra vai a Braga e de aí sôbre Compostela — alto centro espiritual do cristianismo Peninsular — objectivo de esta expedição.

Como não se trata de ocupação, mas de correrias, os cristãos refugiam-se como tinham já feito, nas montanhas e

em pontos onde, por excêntricos, a gente de Almançôr não vai — em êste caso está Guimarães com seu Mosteiro e forte Castelo (1). Passou a borrasca. A reconstituição cristã continua; e assim chega a ofensiva de Fernando Magno.

E' isto no ano de 1094, — passados quatro séculos sôbre Covadonga —, ficando Viseu, Lamêgo e Coimbra para sempre perdidas para o Agareno.

O valor do estado da população dos Neo-godos por êste tempo, especialmente do território de todo o ocidente Peninsular abrangendo a Galiza e acabando em Coimbra, como um todo homogêneo, parece definido e até consagrado pelo testamento de Fernando o Magno, em 1064, ao constituir com êle o reino de Galiza; Galiza com tal individualidade já, que, com o notável Nuno Mendes à sua frente se rebela contra seu senhor.

Olhando-se êste novo reino de Galiza — como li algures, — lembra vêr ressurgir a velha Monarquia Sueva, Braga como capital, na intenção de marchar para sul e readquirir os seus primitivos limites, sob o mando de novo chefe.

E' êste reino que aparece mais tarde constituindo o Condado de Raimundo de Borgonha, sob a suserania de seu sogro o Rei Afonso VI de Leão.

Raimundo e seu primo Henrique vieram de além Piri-neus guerrear na Península contra os inimigos da sua Fé, com outros guerreiros de idêntica origem (2).

(1) O Castelo de Mumadana está levantado por 968 (vide V. M. H). Santiago foi destruído em 997. Vê-se que o Castelo apareceu mais para defender dos Normandos que dos Maometanos.

(2) A data em que chega à Península o futuro Conde Henrique foi sobretudo esclarecida pelo livro recente do ilustre D. R. Menendez Pidal, *«La España del Cid»* (I. I), citando também J. Saroshandy em *«La Légende de Roncesvaux»*. Relata, assim, ter-se organizado em França um exército para servir na Espanha em verdadeira Nova Cruzada do Ocidente, chegando à Península em 1087 (portanto precedendo a Primeira Cruzada) operando apenas no Vale do Ebro, coadjuvando Sancho, rei de Aragão. O exército era comandado pelo Duque de Borgonha Eudes I, chamado Borel pela côr vermelho brilhante do seu cabelo. Trazia sob suas ordens numerosos e categorizados nobres: seu irmão Henrique, seu primo Raimundo conde de Amours, Raimundo conde de Tolosa (do ramo de Saint Gilles), etc. Pela doação ao Mosteiro de Tournon feita por D. Constança, mulher de Afonso VI de Leão e Castela em 9 de Agosto de 1087, vê-se

Afonso VI ligou-os a si, casando-os com duas filhas suas, dada a sua alta jerarquia, o que por sua vez o liga mais intimamente às casas reinantes do outro lado dos Pirineus, único ponto de apoio dos cristãos peninsulares, e onde também fôra buscar sua mulher D. Constança.

Raimundo teve de entrada posição de mais destaque; tanto que Henrique serviu como que sob suas ordens.

Mas Raimundo é vencido junto a Lisboa em 1095; então o Rei divide o Condado — (1).

Ao primeiro fica, por assim dizer, a região mais pacífica, embora de grande importância política — a Galiza de além Minho.

A Henrique são dadas as terras a sul do referido rio Minho alcançando Coimbra, onde a luta ia mais acêsa: — *êste é o Condado Portucalense* (2).

que teve lugar por ocasião da visita do referido Duque Eudes, que era sobrinho da Rainha Constança. Raimundo aparece confirmando o *privilegio* de Astorga (25 de abril a 1 de maio de 1087) o que faz supôr já se encontrar casada com D. Urraca, embora ela fôsse de pouca idade. Portanto a chegada de Eudes e dos seus parentes deve ser anterior a 25 de abril de 1087.

Henrique, irmão de Eudes, era mais próximo parente da Rainha Constança que Raimundo. Mas êste, conde e não simples cavaleiro, parece ser figura de mais categoria e, portanto, homem mais feito. Por isso seria escolhido para marido de Urraca, herdeira do trono, visto o Rei Leonês não ter descendência masculina, depois de morto seu filho Sancho. Henrique casa com D. Teresa e o Conde de Tolosa, que tão grande papel teria na Primeira Cruzada, casa com D. Elvira, ambas filhas naturais do Rei Leonês.

(1) Conforme o Sr. General Cristóvão Ayres (*História do Exército Português*).

À *Nota V* da História de Portugal de Alexandre Herculano marca o ano da derrota de Raimundo. A *Nota IV* mostra Henrique governando em Coimbra e Braga em dezembro de 1095 e pelo ano de 1096. Quer dizer, terminadas as operações pelo inverno de 1095, aparece Henrique a mandar. Porém em 1097, no ano imediato, já o vemos dominando também do Minho ao Tejo, independente de Raimundo.

Esta subordinação de Condes entre si, deduz-se de Viterbo (*Elucidário*). Já desde os godos, que as funções do título não estão bem delimitadas. O título parece uma designação genérica de chefe, sobretudo militar. Há Condes à frente do exército, de províncias, de cidades e até de terras. Portanto, Raimundo no seu condado, Província leonesa, poderia ter Henrique em uma cidade ou território. E, forçado a viver ligado à Corte, como verdadeiro príncipe consorte da herdeira do trono, poderia ter em Henrique como que um lugar-tenente.

(2) Segundo a *Crónica* de Duarte Galvão, Henrique recebeu o con-

A população do Condado, com os característicos assinalados já, vivendo longe da sêde da Monarquia Leonesa durante perto de cinco séculos, entregue a chefes vários, — alto clero com o Arcebispo de Braga, priores e abades de mosteiros; senhores como os da Maia; Concelhos — todos aguerridos por a sua situação de fronteiriços, teriam, como é bem de ver, adquirido uma certa personalidade: personalidade, que seria necessariamente diversa da população, galega ou não, com vida mais ligada a seus soberanos e existência mais tranqüila. E' com esta gente que Henrique terá de contar para o ataque ou defesa contra o Mouro, vizinho de paredes meias.

Sob êste chefe, a diferenciação assinalada para os habitantes do Condado tenderia a acentuar-se, o que lhe daria característicos diversos dos da população, vivendo a norte do rio Minho.

E' evidentemente uma figura de destaque, esta do Conde Portucalense de origem Borgonhesa; guerreiro, confia-lhe o Rei o mando da Hoste, que perto de Ciudad Real bate o Mouro em 1097, e com os Portucalenses toma Sintra (1109); homem de acção, agita-se indo à Palestina como cruzado (1103-5) e a França (1110) recrutar colonos e soldados; político, sabe manejar o que em sentido lato podemos chamar a diplomacia do tempo, quer dando precedente foral à fronteira Coimbra (1111) quer agindo para

dado, acrescentado com as terras que tomasse aos Mouros, para si e seus sucessores: que manifestamente seriam os seus descendentes directos.

Se a Monarquia Francesa, pela sua fraqueza, aceitou o Edito de Kiersy-sur-Oise, a Leonesa, mais forte, pela tradição visigótica não aceitava a hereditariedade dos feudos. Podia, como diz o illustre D. R. Menendez Pidal (O. citada), conservá-los porém na mesma família. Mas esta concessão aos nobres, era como a concessão dos forais; acto voluntário da munificência régia, conforme as conveniências políticas, mas não por vergar a imposições.

De aqui se conclui, que morto Henrique, Afonso lhe sucederia ao chegar a maioridade. A Mãe seria portanto futura, regente, durante a interinidade. Não entregando o govêrno ao filho, dar-se-ia a intervenção do Rei suscrano.

Mas se êste não quisesse decidir, nem pela tia, nem pelo primo, os Portucalenses o fariam, impondo Afonso; ainda obedecendo às determinações de Afonso VI, portanto sem acto de rebeldia para com Leão.

ascender tão longe quanto lhe seria possível, como neto de reis, que o era ⁽¹⁾.

A sua política é evidentemente a do engrandecimento seu e do Condado, manifestamente apoiado nos ricos homens, clero e plebeus, que o povoam, seus companheiros nas agruras da guerra, que nêles tinham, pode dizer-se, o primeiro chefe efectivo, com linhagem, vivendo e constituindo família entre êles.

Morre o Conde Henrique (1114) e à frente do Condado fica sua mulher D. Teresa que usava o título de Rainha.

Viril e astuta, a viúva do Conde, governa movimentando-se; indo a Leão, acompanhando os defensores de Coimbra no assédio de 1117, seguindo enfim a política por o marido traçada, de engrandecer o Condado, mais por via política do lado da monarquia Leonesa, que por via militar do lado do Infiel, como que sob inspiração do sentir feudal de além Pirineus, de onde viera Henrique.

E' durante o governo da Rainha que se vão acentuar duas correntes opostas quanto à vida do Condado, e sua orientação política.

A primeira buscaria ligar a Galiza a Portugal, segundo

(1) A ascendência do Conde D. Henrique pode resumir-se assim :



(a) Hugo, Duque de Borgonha, faz-se monge de Cluny, morrendo em 1093.

(b) Eudes, sucede a Hugo. Vem à Península (Nota 2).

(c) Henrique, Conde de Portugal.

Portanto a Rainha Constança era tia, directa, do Conde Henrique.

a tradição vinda do testamento de Fernando o Magno, e deveria ser grata à Rainha.

Talvez esta fôsse uma das determinantes de se apoiar em Fernando Peres de Trava, que era figura de destaque. Era êle filho do notável Galego. Conde de Trava ⁽¹⁾, Pedro Froylaz, rico, poderoso, perfeitamente identificado nas lutas políticas da Galiza com D. Diogo Gelmirez, notabilíssimo arcebispo de Compostela, figura marcante do tempo, centro em torno do qual gira aquela e quasi tôda a política do ocidente Peninsular leonês, em tão agitada era: o que lhe dava importância política. Também era valoroso cavaleiro, tendo tomado duas vezes a cruz, seguindo para a Terra Santa. Portanto, em riqueza, prestígio e valor, igualaria Henrique ao chegar à Península. Faltava-lhe a ascendência régia. Entretanto, os acontecimentos da região, poderiam levá-lo a um casamento em segundas núpcias; o que não seria difícil conseguir, quer com a ajuda do poderoso Gelmirez, capaz de aplanar dificuldades, quer dada a relativa facilidade com que Roma, ao tempo, anulava casamentos, se D. Teresa o quisesse.

E sendo assim, aquilo que a História nos vem apresentando como um romance de amor filho dos costumes mais ou menos licenciosos da época, aparece-nos transformado, quando esclarecidos por indícios devidamente sujeitos à lógica e raciocínios históricos, como uma aliança de ordem política, embora, o que seria natural, fortemente influenciada pelo poder da beleza da Rainha, que a tradição não se esquece de celebrar ⁽²⁾.

(1) Diz-nos o historiador M. Murgía (*D. Diogo Gelmirez*), que o Conde de Trava era o senhor mais importante de Galiza, pelo seu poder e até pelo talento de D. Mór, sua mulher. É chamado em 1109 Conde de Galiza, e em 1114 governador de tôda a Galiza. Murgía admite que a política do Conde e de Gelmirez queria um rei para a Galiza, independente de Castela. Era seguir as pisadas de Castela e Aragão. E poderia o Conde, após a subida ao trono de Afonso VII, sonhar seu filho Fernando ligado a D. Teresa, primeiro Conde e depois Rei de novo estado, conforme aquele ideal.

(2) Segundo o sr. General Cristóvão Aires (O. citada):

Em 1121, conforme a *História Compostelana*, na doação ao Mosteiro de Lorvão, Fernando Peres de Trava assina como Conde de Portugal, com a Rainha e Infante Afonso

Em 1124, segundo a *Crónica de S. Bento*, na Carta da fundação de Mosteiro de Monte Redondo aparece como casado com D. Teresa. Na

A outra corrente, palpitando a diferença entre a Galla estabilizada, pode dizer-se, e os Portucalenses mais fronteiriços, vivendo um tanto livremente, e identificando-se com a política do seu falecido Conde durante vinte anos — vinte anos fundindo interesses e ideais —, seria seguida pelos Portucalenses de todas as classes vivendo a sul do Minho.

Para todos estes, o engrandecimento e a verdadeira política viria da Expansão para fora dos, no momento, limites do Condado, sôbre a terra, aliás extensa, a tomar ao Mouro e a repartir apenas por Portucalenses, para povoar, enriquecer e governar.

Era uma corrente, que pode merecer o nome de nacionalista, vendo nos galegos—como mais tarde lhe chama a *Crónica dos Godos*— estrangeiros, e também, de facto competidores na distribuição de benefícios pelo clero, ricos homens e concelhos. Para chefe desta corrente, não de acôrdo com o sentir da Rainha, estava indicado o moço Infante, filho de D. Henrique e de D. Teresa.

E' natural que os Portucalenses idealizassem a successão passando efectivamente para o filho legítimo, não de-

História da Casa de Lara, Báltasar e Castro dá-o como segundo marido de D. Teresa.

Em 1126 vê-se, negociando com o Rei, a Rainha D. Teresa e Fernando Peres de Trava a seu lado.

O documento de Monte Redondo é muito discutido pelo notável A. Herculano. Com este documento concorda o de Lervão. Mas Fernando assina-se como Conde: poderia ser abusivamente. Mas, nesse caso, não usaria o título ao lado do Rei, como consta da doação de Soure aos Templários, que aquele notável historiador (Nota XIII, T. II), diz, efectuada na côrte Leonesa até maio de 1128. Ora como a política do Rei parecia ser a de não intervir directamente nas questões da vida interna do Condado, não teria feito Conde a Fernando em detrimento da tia por a qual manifestava atenções, embora sem prejuízo dos seus direitos de suserano. Também o permitir-lhe exercício de autoridade, com ou sem título, em situação irregular junto da irmã de sua mãe, não é natural. Pois era impróprio da dignidade de monarca, tanto prezando as suas prerogativas, e representaria franca hostilidade contra o forte partido do primo, contrariando a política de neutralidade que parece ter definido em Guimarães. Tudo tem outro aspecto desde que se admita o casamento de Fernando e D. Teresa. Então Fernando poderia ser como Conde consorte, sem prejuízo dos direitos e aspirações de Afonso, a dirimir entre mãe e filho na oportunidade que os Portucalenses entendessem por conveniente. Fundado nestas ideias, prefiro, entre as duas hipóteses, a mais regular; até por ser a única dignificadora de todos.

morando na mão da viúva ligada ao fidalgo galego, o que poderia afastar de vez o môço Afonso do govêrno dos Portucalenses. Por isso se agruparam em tôrno de aquele.

De alma, vida e coração com esta ideia está o Arcebispo de Braga, de nome D. Paio, da linhagem dos senhores da Maia, antagonista natural do Arcebispo Gelmirez (1). A seu lado estariam os esforçados guerreiros seus irmãos, o notável Egas Moniz, etc.

D. Paio, dada a força do espirital na Idade Média, teria uma enorme acção na conjura; sendo porventura a sua alma, o inspirador, a mola movimentando a lentidão de espirito dos batalhadores, em regra sem a largueza de vistas do Prelado. Era fortissimo êste partido, e como o animava o esplendoroso ideal, que ia ser uma realidade, possuía uma força moral extraordinária. Prova-o um facto, que vou indicar. Em 1027 Afonso VII de Leão, o Rei susserano, vem a Portugal com grande exército. Não o vemos colocar-se ao lado da mãe ou do filho, da tia ou do primo. Vem, manifestamente por um acto ruidoso, afirmar perante todos que o Condado Portucalense continúa a pertencer-lhe.

A Rainha, governando o Condado, acolhe-se em atitude não pacífica à protecção dos muros do castelo Vimaranesense. Ao lado da Rainha aparece ali o Infante, naturalmente para assegurar à mãe a cooperação dos seus partidários em tal transe. Mãe e filho estão, como era de esperar, unidos por idêntico ideal; portanto capazes de se baterem por a mesma aspiração, — a maior autonomia do Condado, defrontando o Rei. Mas o exército do Soberano

(1) Segundo M. Murgía (O. citada e *História de Galicia*), Gelmirez foi chanceler de Raimundo de Borgonha, o que o ligaria ao irmão dêste, que ocupou o sôlio pontifício com o nome de Calisto II. Bispo em 1100, a sua politica foi a de engrandecer a sua diocese, fugindo à acção do seu metropolitano Arcebispo de Braga, e do Primaz de Toledo. Visita Roma. Calisto fá-lo directamente Arcebispo e Legado pontifício, prejudicando Toledo e atingindo Braga nos seus direitos. Como consequência, êle convoca os Bispos a Concílio, ao que falta o de Braga. Suspende êste das suas funções: o Papa aprova o acto de Gelmirez como seu Legado, mas recusa-se a declará-lo metropolitano do de Braga. Este ainda não vai pessoalmente ao Concílio seguinte, mandando apenas Vigários séus. Há, pois, grande tensão de relações entre os dois Arcebispos antagonistas, a resolver pelos meios que os usos do tempo permitiam.

é grande, e os Portucalenses ainda são poucos para. em verdadeiro acto de rebelião. — no qual tomariam ou não parte os galegos amigos do Trava — acentuarem uma maior separação que a já desfrutada em relação ao poder Real. Não chegara ainda o momento asado para efectivar tal política, sonhada mas não exteriorizada.

E' neste instante, que, segundo as ideias correntes, se realiza a intervenção de Egas Moniz. E está certo que assim seja. O velho cavaleiro — grande, formosa figura de guerreiro e de politico de larga visão, de homem leal como a História não mostra melhor — sentiu, que os Portucalenses não deveriam, presentemente, esperar mais lafa autonomia que a actual; dado o facto de seu suserano ser o maior Chefe da Cristandade Peninsular, — o Rei Leonês — representando a tradição goda de Rei Soberano.

Então Egas busca o Rei. Não vai em nome da Rainha. Falaria em nome da verdade, dos factos; portanto defendendo os interesses dos Portucalenses e do Infante. E, ou em nome d'este ou no dos Portucalenses, que representa, assume compromisso solene.

Esse compromisso deve ter garantido ao Rei que o Infante, a quem Egas servia dedicadamente, continuaria seu vassalo. O Rei, ouve, aceita a promessa como feita por quem para tanto teria direito e autoridade, e retira.

Analisando o sucedido, sente-se logo, que o acto de Egas Moniz e o gesto do Rei têm uma importância política considerável; como se vai ver.

Morto Henrique, restava ao Rei prover a sucessão, em face do direito do tempo.

Não a dava este ao filho, de direito: seria reconhecer a hereditariedade dos feudos, desconhecida na Monarquia Asturo-Leonesa, e até na Península, apesar da penetração de ideias francesas.

Pela História, vemos ter a viúva, se não sucedido, pelo menos conservado a direcção do Condado, por ventura dada a sua alta estirpe.

Entretanto há em Portugal um partido para o filho suceder ao Pai, chegando à maioridade, quasi como se de sucessão real se tratasse.

O Rei Leonês parece ter sancionado esta aspiração do Condado, deixando resolver por si a sucessão. A Rainha aqui não aparece em nada. De onde resulta, que, pelo

menos de direito, a partir deste momento, o Conde de Portugal é D. Afonso Henriques.

O Chefe eleito pelos Portucalenses não prestara pessoalmente a homenagem perante o seu suserrano. Mas este aceitara-a, pode dizer-se, de quem, pela sua alta categoria éle considerava como representante do primo e dos Portucalenses, — seu embaixador, seu conselheiro, seu Aio, quasi seu Pai.

Estamos no ano de 1127, mas não vemos de facto o Infante governando o Condado.

Fica-se com impressão, que o Rei, dada a força dos Portucalenses, para ter paz nos seus estados, desinteressara-se da successão, desde que ficasse de pé a sua soberania. Porém, nem mãe nem filho têm força bastante para se impor um ao outro. Por isso, até que se rompa o equilibrio, existem dois partidos em armas, frente a frente, esperando a peleja, mas sem se hostilizarem à maneira da época; isto é, sem correrias prejudicando o sossêgo e a vida económica do Condado, que ambos queriam captar. E não seria para estranhar, que na realidade, o Condado uno, estivesse governado parte por a Mãe e parte pelo Filho, conforme a terra tivesse voz por um ou outro. No intervalo, durante este estado de cousas evidentemente provisório, cada qual procuraria reforçar o seu partido, à espera do embate final, que se aproxima. Mas o tempo trabalhava sobretudo pela causa de Afonso, diferenciando-se os campos: galegos e porventura certos velhos fidalgos a um lado, um tanto como em Aljubarrota; os restantes firmes em torno do pendão do Infante. Com este encontra-se Guimarães; dando-lhe éle foral por si só, sem com Afonso confirmar a Mãe, em Abril de 1128. E' pouco depois que se dá o encontro armado que vai decidir da contenda.

No Condado Portucalense, a vida, a actividade, pode dizer-se que irradiavam de três centros. No campo moral é Braga esse centro; deixado pelos Condes ao seu Prelado, a quem Afonso Henriques fará larga mercê, por a qual se pode aquilatar o valor do serviço prestado pelo Primaz. Coimbra, mais que defesa, é a base da futura ofensiva para Sul; portanto é o centro militar por excelência. Para residência dos soberanos, para cérebro polí-

tico do Condado, ligado a Astorga e Leão, sem perder o contacto com Coimbra, temos Guimarães.

Guimarães estando com o Infante, para aqui podem convergir, pelas diferentes estradas existentes, as mesnadas dos Bastos, de Trás-os-Montes de uma e de outra riba Douro e de riba Vouga, das Beiras e até de Coimbra: enfim o forte da gente Portucalese. Braga estando com o Arcebispo, e cruzando-se ali estradas para a Galiza e Leão, fechava-as à gente da Rainha.

Com a Rainha está, a avaliar por vários relatos — Lanhoso. Lanhoso, valioso castelo alcantilado em alto penhasco, vigiando altivo a velha Via romana que de Braga pela Veiga Flaviense se dirige a Astorga. Assim êste castelo deixava livre e defendida dos Bracarenses uma estrada, a única dando para a Galiza, a seguir pela gente armada de além Minho. Esta é a estrada que seguirá, também por de outra não dispor, o Marechal Soult na sua Invasão, conduzindo-o à sombra dêste histórico castelo, onde desenvolverá as suas avançadas, frente às do malogrado General Bernardim Freire.

Procurando reconstituir os factos que ao tempo se dariam, parece, com a possível lógica, que a sua marcha seria apròximadamente a seguinte:

Estamos no mês de Junho de 1128. Acolhida ao Castelo ou no formoso Mosteiro de Font'Arcada seu vizinho, está a rainha e o Trava. Junto dêles, na Póvoa, na povoação que já vivia, estariam gentes armadas Portucalenses não em grande efectivo. Pela estrada de Chaves, a Galiza e talvez mesmo Leão mandariam cavaleiros e peões destinados a constituir o nervo principal da Hoste da Rainha. pertencentes aos numerosos partidários ou amigos de Fernando Perez.

Em certo dia a Hoste abalaria pela estrada ligando Lanhoso a Guimarães. Marcha lenta, gente pesadamente armada, com bastante carriagem, pelos calores de Junho só estaria ao segundo dia no vale da Freguesia de S. Mamede, apenas há pouco identificada. Feito alto, formaria o seu campo em quadrado, rodeado de fossos à maneira romana, pois a tradição persistira através do domínio godo, também mais ou menos seguida pelo Mouro. Não explica a História o motivo da paragem, do não ataque imediato de Guimarães, antes de que concentrados fôsem

os parciais do Infante. ¿Aguardar-se-ia qualquer prometido movimento de defecção, violência contra Afonso (como era de uso ao tempo), etc.?!

O facto é retardar-se a acção militar, revelando inferioridade de mando ou real fraqueza do lado de D. Teresa. Chegavam notícias de Guimarães, dizendo o Castelo e a Vila guarnecidas com gente de pé e cavallo; não se dando, embora se aguardasse, qualquer acto que entregasse a Vila aos da Rainha.

Em Guimarães encontrava-se o partido do Infante. Era forte o Castelo e seria extensa bem levantada e guarnecida a palissada, precedida por cárcova, partindo do Castelo onde se apoiava, cobrindo o burgo, e descendo pela encosta abaixo até envolver o Mosteiro e habitações próximas; entre estas as dos Francos trazidos pelo Conde Henrique, rodeando a sua capelinha da invocação de S. Tiago, chegada ainda até nós.

Cavaleiros e pionagem dos ricos homens e dos burgueses, estes allivos do seu Foral recente, todos se apresentavam para a luta. Aguerridos por batalhar quasi continuo com o Mouro, a quem elles barravam a marcha para o Norte com o sacrificio de vidas e bens, animava-os grande força moral, — o primeiro factor da vitória. Sentiam chegado o momento de se decidir a contenda; iam bater-se pelo seu ideal, para serem governados por quem vivesse entre elles, tivesse a cada instante sob os seus olhos as suas necessidades, por quem fôsse seu Chefe quer na paz quer na guerra, intérprete fiel, a cada instante, do sentir da collectividade.

Trazem ao Infante a noticia da chegada da Hoste da Rainha. Junto dêle — ainda diz a História — não estava D. Egas; porventura demorado na reunião dos recursos para que a vitória fôsse uma realidade.

O Infante não quer ficar dentro dos muros, como fizera diante do Primo, Rei de Leão. O animo não lhe sofre esperar pela concentração efectiva das forças trazidas ou não por o Aio. Resolve sair a campo, em dia indeterminado, porventura na véspera de combate definitivo. Naturalmente, os parciais da Rainha formam-se fora do seu campo, como mais numerosos, no sítio conhecido ainda hoje pelo nome de «Campo de Ataca».

Defrontam-se os contendores e dá-se o que deve ser

o primeiro embate. Batalha paralela ao uso medieval, sem manobra, sem emprêgo de reserva, e até também sem emprêgo do ardil, tão grato aos mouros. O Infante retirã batido da liça. Mas embora batido, não vemos perseguição por parte da Rainha, para, pelo menos, se apoderar imediatamente de Guimarães: manifesta prova da assinalada inferior direcção militar do lado do seu partido. Entretanto chegam as gentes armadas reforçando, enfim, as da abalada Hoste do Infante. Com elas vem o valoroso e prudente D. Egas. Este censura os ardores do moço Infante e a seguir, com todas as forças reunidas, renova o combate, cujas minúcias não são conhecidas.

Agora, do esforço individual — característico do batalhar medieval — dos Portucalenses, surge brilhante a vitória das suas armas.

A Rainha, vencida, retira, pelo que de facto é a sua natural linha de operações, sôbre Lanhoso. Porém o Infante não se queda cruzando os braços, sem colhêr o resultado prático da vitória, aguardando adesões. Bem ao contrário; superiormente orientado, prova de mais sãbia direcção militar do seu lado, marcha sôbre Lanhoso do qual se assenhoreia. Quer dizer, conforme os bons princípios da guerra, o Infante executa a perseguição, sem a qual não há vitória completa.

Rainha e Conde de Trava desaparecem da scena política. Está liquidado conforme as aspirações dos Portucalenses o caso da sucessão do Condado. Afonso Henriques é, sem contestação, o Conde de Portugal e, o que era perfeitamente novo, Conde dos Portucalenses, que pelo seu esforço o levantaram no escudo, como Chefe capaz de os levar longe na História, como levou.

E estou chegado ao fim da minha jornada.

Foi assim, em vésperas de S. João, dia 23 de Junho de 1128, como é geralmente aceite, sob a égide do Castelo de Guimarães, centro da gravidade da vida Portuguesa até ela se deslocar para o Sul no seu movimento triunfal, que os Portucalenses escreveram com a sua vontade e com o seu sangue, uma página de História, que vei produzir de futuro grandes e secundos acontecimentos.

O que é pois em História a Batalha de S. Mamede?

S. Mamede, vitória militar, é cousa de pouca monta, quer na História do tempo, quer, e sobretudo, na da

Guerra. Mas a vitória — lá diz o notável Marechal Foch — é o grande factor da política. Ora o seu valor político, êsse é que interessa a quem estude o feito de Afonso Henriques, para ser o senhor do Condado, tendo em volta de si em unidade admirável os Portugueses, que vão realizar uma Obra. Sem S. Mamede, ela não seria possível, e outro rumo mais lento, talvez seguro, mas nada brilhante, teria tomado o desenrolar da Civilização da Península: como é fácil mostrar. A Batalha é o encerrar do governo de D. Teresa e de uma política restrita, girando em curto âmbito, definido pelos limites dos estados sob a hegemonia do Rei de Leão. E é também o início de uma outra política mais viril de Expansão, conduzindo Portugueses e a Civilização Peninsular a conquista de imorredoura Glória.

Toma ela, primeiro, como direcção de ataque até ao Tejo, a Via romana Coimbra, Santarém, Lisboa. Depois a seguir, sem desfalecer combate em tóda a frente; e é assim que logo em 1249 Portugal se forma dentro de limites que sensivelmente ainda conserva — facto maravilhando e muito quem não sente o que é a psicologia, a essência, da acção portuguesa. Parte êste movimento do que pode chamar-se uma ruidosa manifestação de nacionalismo inconsciente, de franco patriotismo, de todos os Portucalenses — nobres ou não — em pleno ano de 1128; quando tais sentimentos eram por assim dizer inteiramente desconhecidos dos restantes povos.

Formada e consolidada, de vez, a Nacionalidade, é conquistada Ceuta (1415), seguindo-se-lhe os Descobrimentos; facto culminante do Renascimento, cuja grandiosidade pleonástico é recordar. Por tudo isto, êste Feito de há oito séculos tem lugar de destaque não apenas na História Nacional, mas na da Civilização Peninsular, que, por sua vez, tão notável lugar ocupa na História do Progresso Humano, como registei.

Tal é, lendo e meditando a História, o que, a meu ver, ela nos diz quanto a factos, que tendo como fulcro a Batalha de S. Mamede a salientam, mostrando os seus efeitos e a sua grandeza, dando-lhe as proporções devidas, até agora, senão ignoradas, pelo menos mal interpretadas. E é assim que S. Mamede marca bem o Alvorecer da Nacionalidade, exteriorizando-o. O soar das trombetas anun-

ciando o comêço da Batalha e celebrando a Vitória, é bem a Alvorada da grandiosa marcha ascencional do Povo Português, que o levará tão longê, que *se mais mundo houvera lá chegara*. São passados oito séculos sôbre o insigne acontecimento, hoje celebrado em Guimarães. E oito séculos volvidos, são tais os efeitos do movimento que S. Mamede origina, que nunca o Sol no seu giro deixa de alumiar e aquecer Mundo em fora os descendentes de quem, batendo-se em S. Mamede esculpiu a primeira página da História, que não é só a do reinado de D. Afonso Henriques, o verdadeiro fundador da Pátria Portuguesa, mas a da História do Povo Português livre e independente.

E' grande a glória do Feito. Ele levanta bem alto o Infante. Mas chega também para honrar o Conde Henrique e a Rainha D. Teresa, combatentes tenazes do mesmo ideal; ainda aureolando todas as classes sociais formando a população Portucalense. Tem a Nação em aberto uma grande dívida para com os colaboradores, mesmo anônimos de acto tão fecundo em efeitos. E os meus votos são para que saldando a dívida, se veja um dia, e breve, artístico monumento levantado em praça de Lisboa ensinando a nacionais e estranhos o que foi tal Feito, sem similar na História.

Coronel GASPAR DO COUTO RIBEIRO VILLAS.